

## PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Maria Jayana Pereira de Lima  
brasileira, casada, Doméstica  
portador(a) do RG nº 002332286, inscrito(a) no CPF sob o número  
075270654-35, residente e domiciliado(a) na Rua/Av.  
Rua: Raimundo Elizio Lins Barbosa 6575-06  
Abolcar, Cep: 59617330, Mossoró - RN.

OUTORGADO: ALDENOR NUNES DE OLIVEIRA NETO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RN sob o número 13.244 e no CPF sob o número 054.149.804-54 com endereço profissional na Rua Roderick Grandall, 20, Centro, Mossoró/RN, CEP: 59610-240.

PODERES: pelo presente instrumento o outorgante confere ao outorgado amplos poderes para o foro em geral, com cláusula "*ad-judicia et extra*", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, **poderes especiais** para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso e **assinar declaração de hipossuficiência econômica**, nos termos do art. 105 do Código de Processo Civil, assim como substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecido.

Mossoró/RN, 05 de fevereiro de 2020

Maria Pereira Jayara de Lima  
OUTORGANTE





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 04 de Fevereiro de 2020

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3200047264 Vítima: MARIA JACIARA PEREIRA DE LIMA

Data do Acidente: 06/06/2019 Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), MARIA JACIARA PEREIRA DE LIMA

Após a análise dos documentos apresentados do pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Os documentos médicos apresentados não evidenciam a presença de sequelas permanentes, que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, não sendo caracterizada invalidez permanente coberta pelo Seguro DPVAT. Realizado tratamento conservador, conforme documento médico, datado de 06/06/2019, emitido pelo Dr. VICENTE ANDRADE CRM nº 5592 - RN, da Instituição HOSPITAL REGIONAL TARCISIO DE VASCONCELOS MAIA, que informa evolução sem sequela permanente e não sendo comprovada a existência de invalidez permanente.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00643/00644 - carta\_31 - INVALIDEZ

00070322



Carta nº 15468791





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
POLÍCIA CIVIL  
2º DISTRITO POLICIAL DE MOSSORÓ - MOSSORÓ - RN

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 020678/2019

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 18/06/2019 15:06 Data/Hora Fim: 18/06/2019 15:32  
Origem: Pessoa Física - Particular Data: 18/06/2019  
Delegado de Polícia: Valtair Camilo de Paiva

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: 2º Distrito Policial de Mossoró  
Data/Hora do Fato: 06/06/2019 09:00

Local do Fato

Município: Mossoró (RN)  
Logradouro: em frente ao posto Fan

Bairro: Abolição

Ponto de Referência: pista Nova da Abolição IV  
Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1223: Lesão corporal culposa na direção de veículo automotor (Art. 303 Caput da Lei dos crimes de trânsito - CTB)	Veículo

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: MARIA JACIARA PEREIRA DE LIMA (VÍTIMA, COMUNICANTE)			
Nacionalidade: Brasileira	Naturalidade: RN - Mossoró	Sexo: Feminino	Nasc: 13/07/1982
Profissão: Desempregado			
Estado Civil: Casado(a)			
Nome da Mãe: Francisca Pereira de Oliveira			

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 075.270.654-35

Endereço

Município: Mossoró - RN  
Logradouro: Raimundo Clésio Lins Barbosa  
Bairro: Abolição IV  
Telefone: (84) 9873-1212 (Celular)

Nº: 75

Nome Civil: MOTORISTA DESCONHECIDO DE UMA HILUX, NÃO INFORMOU A PLACA OU NOME (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)

Nacionalidade: Brasileira  
Estado Civil: Sem Informação  
Sexo: Masculino

Endereço

Município: Mossoró - RN

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo	Subgrupo Motocicleta/Motoneta
CPF/CNPJ do Proprietário 075.289.964-32	Placa QGP4107
Renavam 01167208940	Número do Motor JC70E0J034299
Número do Chassi 9C2JC7000JR034283	Ano/Modelo Fabricação 2018/2018
Cor BRANCA	UF Veículo Rio Grande do Norte



Delegado de Polícia Civil: Valtair Camilo de Paiva  
Impresso por: Helder Emerson Nogueira Jerônimo  
Data de Impressão: 18/06/2019 15:32  
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPE - Procedimentos Policiais Eletrônicos







GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
POLÍCIA CIVIL  
2º DISTRITO POLICIAL DE MOSSORÓ - MOSSORÓ - RN

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 020678/2019

Município Veículo	Mossoró	Marca/Modelo	HONDA/BIZ 110I
Modelo	HONDA/BIZ 110I	Veículo Adulterado?	Não
Quantidade	1 Unidade	Situação	Meio Empregado
Última Atualização Denatran	02/10/2018	Situação do Veículo	ALIENACAO FIDUCIARIA
Nome Envolvido	Envolvimentos		
Maria Jaciara Pereira de Lima	Possuidor		

RELATO/HISTÓRICO

A comunicante declarou que conduzia a sua moto quando o autor do fato foi realizar um retorno com o seu carro na via sem dar sinal; Declarou que, em razão da citada manobra na via, colidiu a sua moto contra a lateral frontal do carro do autor do fato; Declarou que sofreu queda na via da sua moto; Declarou que o autor do fato a encaminhou para atendimento no HRTM e, em seguida, foi embora; Declarou o presente BO para fins de DPVAT; Declarou neste ato que não deseja representação criminal/investigação contra o autor do fato; Que a comunicante é responsável pelas presentes declarações; Nada mais disse nesta declaração.

ASSINATURAS

*HEUF. 1690205*

Helder Emerson Nogueira Jerônimo  
Responsável pelo Atendimento

*Maria Jaciara Pereira de Lima*

Maria Jaciara Pereira de Lima  
(Comunicante / Vítima)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denunciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."



Delegado de Polícia Civil: Valtair Camilo de Paiva  
Impresso por: Helder Emerson Nogueira Jerônimo  
Data de Impressão: 18/06/2019 15:32  
Protocolo nº: Não disponível

Página 2 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos







## PEDIDO DO SEGURO DPVAT

1 - Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL: 3 - CPF da vítima: 075220654-35 4 - Nome completo da vítima: Maria Joiceira Pereira de Lima

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo: Maria Joiceira Pereira de Lima 6 - CPF: 075220654-35  
7 - Profissão: Comerciante 8 - Endereço: Carmundo Elizio Lima Barbosa 9 - Número: 75 10 - Complemento: Apartamento  
11 - Bairro: Polician 12 - Cidade: Mossoró 13 - Estado: RN 14 - CEP: 59617-330  
15 - E-mail: (84)991445667 16 - Tel(DDD): (84)996123234

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal:  
18 - CPF do Representante Legal:  
19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA:  
☒ RECUSO INFORMAR ☐ R\$1.00 A R\$1.000,00 ☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00  
☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: ☒ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)  
☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341)  
☐ Banco do Brasil (001) ☒ Caixa Econômica Federal (104)

☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)  
Nome do BANCO: \_\_\_\_\_

AGÊNCIA: 3064 CONTA: 49872 5  
(Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

### 22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

- ☐ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou  
☒ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou  
☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Pelo motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

### DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (no Civil) ☐ Divorciado ☐ Separado Judicialmente ☐ Viúvo 24 - Data do óbito da vítima:  
25 - Grau de Parentesco com a vítima: 26 - Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:  
28 - Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não 29 - Se tinha filhos, informar Vivos: Falecidos: 30 - Vítima deixou nascituro (vai nascer)? ☐ Sim ☐ Não 31 - Vítima teve irmãos? ☐ Sim ☐ Não 32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: Falecidos: 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34

Impressão digital da vítima ou beneficiário não alfabetizado

35 - Nome legível de quem assina a rogo/a pedido

36 - CPF legível de quem assina a rogo/a pedido

37 - (\*) Assinatura de quem assina a rogo/a pedido

38 - 1ª | Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura da testemunha

39 - 2ª | Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura da testemunha

40 - Local e Data, Mossoró 13/01/2020

41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)

V002/2019



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 002.352.286 DATA DE EMISSÃO 18/09/2008

NOME MARIA JACIARA PEREIRA DE LIMA

FILIAÇÃO JOAO BATISTA DE LIMA FRANCISCA PEREIRA DE OLIVEIRA

NATURALIDADE MOSSORO RN DATA DE NASCIMENTO 13/07/1982

DOC. CIVIL CERT. DE NASCIMENTO L-0105 F-117 RG-24594

CPF 075.270.654-3

ZEL. VIA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 28/05/73

CARTÃO DE IDENTIDADE

Maria Jaciara Pereira de Lima

POLEGAR DIREITO

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA

COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

RIO GRANDE DO NORTE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL











REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - RN Nº 013831859174  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1 COD. RENAVAM 01167208940 RNTRO \*\*\*\*\* EXERCÍCIO 2018

FRANCISCO CAMINHO DE FREITAS

075.289.964-32 PLACA QGP4107

PLACA ANT./UF QGP4107/RN CHASSI 9C2JC7000JR034283

ESPÉCIE TIPO PASSAGEIRO/MOTONETA/NAO APLICAVEL COMBUSTIVEL GASOLINA

MARCA/MODELO HONDA/BIZ 110I ANO FAB. 2018 ANO MOD. 2018

CAP/POT/CIL 10CV/109 CILINDRADAS CATEGORIA PARTICULAR COR PREDOMINANTE BRANCA

COTA ÚNICA R\$ 0.00 VENC. COTA ÚNICA 29/10/2018 1º PAGO

PAIXA I.P.V.A. 002013 3X PARCELAMENTO/COTAS R\$ \*\*\*\*\* 2º PAGO

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) IOF (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO \*\*\* TAXAS DETRAN: PAGO \*\*\* DPVAT: PAGO

OBSERVAÇÕES ALIEN. FID. EM FAVOR DE: 59.285.411/0001-13 BANCO PAN S/A UIMENTO DE PORTE OBRIGATO

MOTOR: 3C70E0J034299 DO PARA TRANSFERENCIA

MOSSORO/RN DATA 02/10/2018

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE OU POR SUA CARGA A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT

RN Nº 013831859174 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT  
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO  
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br  
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO 2018 DATA EMISSÃO 02/10/2018

VIA 1 CPF / CNPJ 075.289.964-32 PLACA QGP4107

RENAVAM 01167208940 MARCA / MODELO HONDA/BIZ 110I

ANO FAB. 2018 CAT. DIR. 9 Nº CHASSI 9C2JC7000JR034283

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$) DENATRAN (R\$) CUSTO DO SEGURO (R\$)

CUSTO DO SILHETE (R\$) IOF (R\$) TOTAL A SER PAGO SEGURO (R\$)

COTA ÚNICA PAGAMENTO PARCELADO DATA DE QUITAÇÃO

SEGURADORA LÍDER - DPVAT  
CNPJ 03.248.603/0001-04

OUT-2017







SESAP/RN - HOSPITAL REG. TARCISIO DE VASCONCELOS MAIA

BOLETIM DE ATENDIMENTO Nº 51414 /2019

Admissão: 06/06/2019 09:00:14

OK

**CIRURGIA GERAL - AMARELO**

**Paciente: 41996 - MARIA JACIARA PEREIRA DE LIMA (36 a 10 m 24 d)**

Nascimento: 13/07/1982 Natural: MOSSORO, BRASIL Sexo: F Cor: PARDA  
CNS: 706000894734141 CPF: 07527065435 Prof.:  
Mãe: FRANCISCA PEREIRA DE OLIVEIRA Pai: JOAO BATISTA DE LIMA  
Logradouro: RAIMUNDO CLEZIO LINS BARBOSA, 6 Cidade: MOSSORO  
CEP: 59617330 Bairro: ABOLICAO IV  
Telefone: 84.96111012 Compl:

**Motivo**(alegado pelo paciente): COLISAO - MOTOQUEIRO  
**Origem:** FAMILIA

**Tipo:** NÃO REGULADO  
**\*Empresa:**

OBS:						Classificação:		PESO:	
						06/06/2019 08:57:18			
HORA	P.A.	HGT	SatO2	FI02	F.R.	F.C.	TEMP.	Glasgow	RTS
09:10	100/70		98%		16	88		15	

**HISTÓRIA - EXAME FÍSICO**

**Queixas:** COLISAO CARRO X MOTO (SIC), TRAUMA EM MID.

**Hora:** 09:10

A - Pes aerios normais, sem crepitações  
B - MV Bilateral, semitensos e difusos  
C - hemodinamicamente estável, sem sinais de sangramento ativo

D - Glasgow 15.

E - Dor em MID + insensação em face e parte distal do MID. N. subatenua funcional de membro afetado.

Cx: avaliação da ortopedia

Dr. Key...  
Cirurgião Oncológico  
CRM - 7130

**Diagn. Inicial:**

PRESCRIÇÃO:	VIA	HORARIO	ASSINT.
1 Digipona 1amp + ABD, de 616h, EV, SN		10:10	
Ortopedia 10:18 06106119			
Paciente vítima de acidente			
multitraumático com lesão			
em MID, sem limitação			
Rx sem sinais de fratura			
cd: analgesia + imobilização a taxa-bata; anti do			
1 - fratura de 4º e 5º		11:40	

**\*SAÍDA:** ☒ Decisão médica ☐ Transferido ☐ Evasão ☐ Óbito ☐ Interna: (Preencher CID, PROC)

CID \_\_\_\_\_ Proc. \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/19. Hr: \_\_\_\_:\_\_\_\_:\_\_\_\_ Médico: \_\_\_\_\_

\*Gerado via SX por JUREIDE DE BRITO ALMEIDA. Impresso em 06 de Junho de 2019.

Dr. Vicente Andrade  
ORTOPEDIA / TRAUMATOLOGIA  
CRM - 5592 - TEOT

HOSPITAL REGIONAL TARCISIO  
ESTÁ CONFORME O ORAI  
SAME MOSSORÓ 12.06.2019

(Assinar e Carimbar)  
Jureide de Brito Almeida  
CRM 2422





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró  
Alameda das Carubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0804819-25.2020.8.20.5106

AUTOR: MARIA JACIARA PEREIRA DE LIMA

RÉU: SEGURADORA DPVAT

### DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI do CPC, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida (CPC, art. 381, II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para realização da perícia, devendo a parte autora ser intimada pessoalmente para comparecer ao ato. **Saliente-se que, caso a parte autora não compareça à perícia, NÃO será concedida oportunidade de reaprazamento de perícia por ausência injustificada, culminando assim na preclusão da prova pericial e no consequente julgamento do mérito.**



Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz (CPC, art. 178, II), dê-se vista ao Representante do Ministério Público.

Adotadas as supra expostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 23 de março de 2020.

**UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES**

JUÍZA DE DIREITO

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)







PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró  
Alameda das Carnebeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0804819-25.2020.8.20.5106

AUTOR: MARIA JACIARA PEREIRA DE LIMA

RÉU: SEGURADORA DPVAT

### DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139,VI do CPC, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida (CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para realização da perícia, devendo a parte autora ser intimada pessoalmente para comparecer ao ato. **Saliente-se que, caso a parte autora não compareça à perícia, NÃO será concedida oportunidade de reaprazamento de perícia por ausência injustificada, culminando assim na preclusão da prova pericial e no consequente julgamento do mérito.**



Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz (CPC, art. 178, II), dê-se vista ao Representante do Ministério Público.

Adotadas as supra expostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 23 de março de 2020.

**UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES**

JUÍZA DE DIREITO

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

